

**Comunicado de Imprensa**  
**Grupo de Apoio Orçamental**  
**7-9 de Dezembro de 2020**  
**(12/15/2020)**

Uma Missão de Revisão Conjunta do Grupo de Apoio Orçamental (GAO) decorreu em Cabo Verde, de 7 a 11 de Dezembro de 2020, e incidiu nas respostas sanitárias, económicas e sociais à crise da COVID-19. A missão também avaliou as reformas sectoriais que visam impulsionar a recuperação económica após a pandemia. Tendo em conta a presente conjuntura de pandemia da COVID-19, a Missão de Revisão Conjunta foi realizada em ambiente virtual e num formato mais curto do que habitualmente.

Os membros do GAO (Luxemburgo, Portugal, a União Europeia, o Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento e o Grupo do Banco Mundial) fornecem assistência técnica e ajuda financeira ao orçamento do Estado através de donativos e empréstimos que apoiam as prioridades da política nacional de desenvolvimento do Governo. Este ano, num esforço extraordinário para reagir rapidamente à pandemia e apoiar Cabo Verde, os Parceiros do GAO aumentaram e anteciparam a sua assistência financeira 2020 com um montante total (excecional) de 100 milhões de euros. O GAO deseja agradecer o Governo de Cabo Verde, especialmente ao Ministério das Finanças, aos representantes dos ministérios de tutela, ao Banco de Cabo Verde, e ao Tribunal de Contas pela disponibilidade e qualidade do diálogo político.

A persistência da pandemia da COVID-19 desencadeia ameaças sem precedentes ao progresso social e económico em Cabo Verde, agravando significativamente as perspetivas económicas. Prevê-se uma contração económica de 11% em 2020, devido essencialmente ao colapso dos sectores do turismo e dos transportes. As remessas de emigrantes têm amortecido o choque. No entanto, espera-se que a taxa de pobreza aumente, ameaçando os progressos alcançados na sua redução desde 2015. As ações políticas rápidas e resolutas tomadas pelas autoridades foram fundamentais para proteger vidas e meios de subsistência. A implementação de políticas durante este período tem sido favorável à estabilidade macroeconómica. O GAO elogia o Governo pela resposta política e incentiva as autoridades a continuarem a implementar políticas para proteger os pobres e os mais vulneráveis durante a crise.

A crise do COVID-19 contrariou os esforços de consolidação fiscal, abrandou as reformas do Sector Empresarial do Estado (SEE), criou grandes necessidades de financiamento, e aumentou significativamente a dívida pública em 2020. No rescaldo da pandemia, os Parceiros exortam as autoridades a recriar as condições para uma recuperação equitativa, sustentável e liderada pelo sector privado, assegurando ao mesmo tempo o regresso à sustentabilidade fiscal. O regresso a uma postura fiscal prudente é importante para retornar o rácio da dívida pública em relação ao PIB a uma tendência decrescente. Os parceiros recomendam às autoridades que melhorem a gestão dos riscos fiscais, particularmente os relacionados ao SEE.

Apesar do risco de sobre-endividamento externo e total ser elevado, a dívida pública é avaliada como sustentável. Os parceiros congratulam-se com a participação das autoridades na Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida (ISSD) do G-20. O GAO registou a estratégia do Governo de abordar os credores para um pacote de alívio da dívida em 2021. O GAO reitera a importância de melhorar a governança da

dívida e aumentar a transparência da dívida para assegurar uma boa gestão da carteira da dívida e a responsabilização perante todas as partes interessadas. Alargar a cobertura da dívida pública ao sector não financeiro do Estado e aos municípios é importante para aumentar a transparência da dívida e monitorizar melhor os riscos fiscais.

Apesar das contrariedades fiscais em 2020, as medidas decisivas tomadas antes da crise para reduzir as necessidades líquidas de financiamento das empresas públicas deficitárias contribuirão para o regresso à consolidação fiscal a médio prazo. Os parceiros encorajam o Governo a retomar uma agenda de reforma das empresas públicas após a pandemia. Particularmente importante é clarificar o plano de reforma para as recentes aquisições nos sectores das telecomunicações e da banca. A dívida adquirida e os passivos contingentes decorrentes do processo de reforma das empresas públicas devem ser adequadamente contabilizados, reportados e geridos. Devido ao grande impacto da crise no sector da aviação, e a sua centralidade para o crescimento económico, uma maior clareza sobre o futuro plano de reforma do sector seria bem-vinda.

A sessão referente à estratégia de recuperação económica abordou o difícil exercício de equilibrar a facilitação do investimento, mantendo simultaneamente o nível necessário de geração de receitas domésticas para uma recuperação a médio prazo. Foram aprovados adiamentos de impostos, mas estes terão de ser pagos a um determinado momento. As autoridades forneceram uma lista impressionante de grandes investimentos em preparação, tanto no sector marítimo como no do turismo, embora muitos deles ainda não tenham sido formalmente confirmados. Foi salientada a importância do acompanhamento das obrigações contratuais ao abrigo dos acordos de investimentos aprovados. Relativamente ao sector da energia, foi confirmado o objetivo de atingir 50% de energias renováveis até 2030. A este respeito, as autoridades forneceram um roteiro detalhado dos concursos em andamento e dos projetos de energias renováveis planeados, inclusive para 2021. A implementação destes projetos exigirá parcerias público-privadas e acesso ao crédito.

O pacote de resposta socioeconómica à COVID-19 implementado através de diferentes entidades governamentais e autónomas foi também discutido no GAO. Embora os parceiros tenham elogiado os esforços do governo e a complementaridade dos vários mecanismos de resposta, referiram a importância destas medidas poderem continuar a efetivamente beneficiar as pessoas e empresas mais vulneráveis. Foi discutida a viabilidade financeira de uma eventual extensão destas medidas, embora reconhecendo o desafio de fornecer projeções precisas com base nos parâmetros de impacto altamente incertos, incluindo o acesso a uma futura vacina e a duração da pandemia. Os parceiros de desenvolvimento sublinharam a importância de reforçar a supervisão interna e externa do financiamento concedido para o combate à COVID-19. O Tribunal de Contas partilhou informações sobre o planeamento da auditoria das despesas referentes à COVID-19. Os Parceiros recomendam que as instituições de supervisão recebam os meios necessários para desempenhar as suas funções, alargadas neste contexto de pandemia.

Devido ao choque da COVID-19 e às restrições de viagens internacionais associadas, as autoridades estão a projetar uma perda de até 500.000 turistas para o ano corrente, o que corresponde a uma redução de cerca de 70% nas receitas totais esperadas do turismo. Os cenários de retoma do turismo são ainda incertos, mas espera-se uma recuperação progressiva durante 2021 à medida que a situação nos mercados de origem melhore. Os parceiros reconhecem os esforços a curto prazo efetuados para preparar o sector para o retoma, incluindo a formação e o desenvolvimento de capacidades em

melhores práticas sanitárias para as empresas turísticas e a continuação da divulgação e comunicação com os principais operadores turísticos. A recente criação de um grupo de trabalho multisectorial é reconhecida como um instrumento-chave para assegurar a coordenação multisectorial. A médio prazo, os Parceiros reconhecem os desafios para aumentar a inclusão, sustentabilidade, e diversificação do sector. Os parceiros advertem que o quadro de implementação do Plano Operacional do Turismo para 2021-2026 (especificamente a coordenação e financiamento adequados do Ministério do Turismo, Instituto do Turismo, e Fundo do Turismo) são fundamentais para enfrentar os desafios no desenvolvimento de produtos, regulação e capacitação do sector, marketing internacional, requalificação do mercado digital, entre outros.

Relativamente à administração pública, os membros do GAO congratulam-se com os esforços das autoridades em avançar para uma administração baseada em resultados. Para tal, a implementação efetiva de uma estrutura de remuneração unificada, bem como de um quadro de recursos humanos baseado no desempenho e que encoraje o desenvolvimento de capacidades, será fundamental para uma prestação de serviços mais eficiente aos cidadãos e às empresas. Os avanços nos investimentos para aumentar a digitalização, bem como a implementação de legislação chave estruturante da administração pública, serão acompanhados de perto pelo GAO a médio prazo.

Os parceiros reconhecem o profundo impacto da pandemia e os novos desafios que o contexto atual apresenta para o funcionamento diário das instituições de Formação Técnica e Profissional e dos serviços de inserção profissional. Por conseguinte, o GAO elogia o empenho contínuo das autoridades na criação de condições para o aumento do emprego e melhoria da empregabilidade e encoraja o Governo a prosseguir os esforços para assegurar que estes serviços públicos vitais sejam reforçados de uma forma sustentável e inclusiva.

O GAO reitera o seu apoio contínuo a Cabo Verde nestes tempos difíceis e agradece às autoridades e outras partes interessadas pelo seu empenho num diálogo construtivo.